

Do dialeto da classe educada brasileira, pode-se falar?

Em alguns meios de comunicação nos últimos dias, vieram à tona opiniões discordantes a respeito do papel da escola no tratamento dos dialetos sociais da língua brasileira. O barulho revela o desconhecimento do público em geral a respeito dos impasses da educação e de suas formas de superação. Em 1986, Magda Soares propunha o multidialetalismo, caminho didático da consideração de falares sociais diversos. Era a saída para a escola, diante do impasse de como tratar os modos de falar de crianças e jovens de origem popular. Propunha um ensino de língua portuguesa que se utilizasse do levantamento, entendimento e apresentação dos dialetos sociais brasileiros, para atingir o objetivo primordial de apropriação e aprendizagem do dialeto de prestígio.

Os procedimentos recomendados pela atual pesquisa brasileira, pelo menos em Linguística, Educação, Didática da Língua Portuguesa e estudos de Letramento, decorrem de uma posição que dura mais de 25 anos, para a pesquisa e para a formação inicial de professores de nossa escola básica! Para os educadores propositores deste ideal, considerar o dialeto não prestigiado em prioridade é um meio para se atingir uma escola pública democrática, que cumpra seu papel de ensino do português padrão da norma culta, sem reproduzir as discriminações já presentes na convivência social.

Em prol do desenvolvimento linguístico de todos os cidadãos da escola, recomenda-se o aprofundamento no conhecimento que *já* têm da língua. Se todos somos falantes da língua, então dela somos todos conhecedores. Já nascemos aprendendo-a e o fazemos bem antes da escola iniciar seus ensinamentos. Para se (re)aprender a língua, o caminho é se sensibilizar com a sua história, explorar sua diversidade e a variedade de suas possibilidades. Tanto um falante que transite bem na norma padrão da língua brasileira quanto outros, que se utilizem de outros padrões, menos prestigiados, serão beneficiados pelo conhecimento de formas de utilização da língua para além das que já conhece.

Um inspirador autor de conceitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Mikhail Bakhtin, em sua obra, afirma que os gêneros discursivos secundários, a Literatura e a Ciência, por exemplo, subsidiam-se necessariamente de gêneros primários, que se encontram nas ruas, nas feiras, nas praças. Assim se produz a língua. Ainda nos anos 70 no Brasil, muito antes dos PCN trazerem estas ideias, antes da obra de Soares, a Sociolinguística comparecia como referência na formação inicial de professores de português e de anos iniciais do ensino fundamental, defendendo uma atitude menos preconceituosa e mais conceitual diante dos falares nacionais. As diferenças a serem observadas são de caráter social, regional, etário, sexual, profissional etc. A verdadeira língua não está guardada cristalizadamente em formas que não nos causam estranhamento, que passam como padrão. Ao contrário, está na mudança.

Os princípios defendidos servem a todas as partes. Para a massa de ascendência analfabeta que herda das gerações de períodos históricos em que havia 50 % de analfabetos no país (hoje “apenas” 9%), o conhecimento do discurso padrão, será de interesse e utilidade. Para os já nascidos falantes da língua de prestígio, herdeiros, aprender que a língua é constituída deste extrato popular vivo, cambiante, sempre adubado e criativo, também seria um conhecimento que os permitiria relacionar-se melhor com a língua escrita, sua língua, da qual precisam se apoderar. A fruição dos neologismos rurais de Guimarães Rosa, por exemplo, exige uma abertura à língua viva. Apreciar a modernidade de Machado de Assis não se faz sem se lidar com os arcaísmos que enquadram as vozes sociais históricas retratadas. Língua inventada, por arte, língua rural e língua antiga constituem o conhecimento culto da língua. Porque a língua popular não o seria também?

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma política que deve ser valorizada, de acordo com a qual o MEC se responsabiliza pela avaliação criteriosa, seleção e distribuição a todas as escolas públicas do país. Entretanto vemos instâncias paralelas desonerarem o valor desta ação, realizando movimentações que produzem duplicação dos gastos, com vendas de livros não selecionados, sem este selo de qualidade, a municípios e estados. Muitos livros produzidos por editoras são propostos ao PNLD e não alcançam a seleção para serem distribuídos. O livro que gerou este quiprocó foi um dos selecionados e não pode ser tomado apenas a partir de recortes sensacionalistas, mas por seu conjunto.

Por Ludmila Thomé de Andrade, em 22/05/2011

Professora da Faculdade de Educação da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos de Linguagem, Leitura, Escrita e Educação (LEDUC)